

APÓS COBRANÇA DO SINDIPETRO-LP E A FNP, PETROBRÁS INICIA PAGAMENTO DO REEMBOLSO POR CANCELAMENTO DE VOOS

A pressão do Sindipetro-LP e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) começou a surtir efeito. Após a reunião de acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho realizada com a Diretoria de Exploração e Produção (E&P) da Petrobrás, no último dia 8 de julho, a empresa iniciou o pagamento do reembolso das despesas com remarcação ou aquisição de passagens decorrentes do cancelamento do desembarque de trabalhadores offshore.

A implementação do benefício representa uma importante conquista da categoria. Nos últimos meses, os sindicatos e os trabalhadores vinham cobrando da gestão da Petrobrás a regulamentação da Cláusula 26 do ACT 2025-2027, já que, apesar de o acordo ter sido assinado no início do ano, o sistema necessário para operacionalizar os pedidos ainda não havia sido disponibilizado aos trabalhadores. A empresa formalizou o procedimento por meio do padrão interno publicado em 10 de julho.

Além de iniciar os pagamentos, os trabalha-



dores que têm direito ao benefício passaram a receber e-mails da LOEP com as orientações para solicitar o reembolso. Os valores retroativos também começaram a ser processados para os casos enquadrados na cláusula.

O procedimento prevê que o empregado faça a solicitação pelo Catálogo de Serviços da Petrobrás, anexando documentos como comprovante de residência, comunicado da LOEP sobre o cancelamento do

voo, bilhetes da passagem original e da nova passagem, além dos comprovantes das despesas realizadas.

Para o Sindipetro-LP, a implantação do reembolso é resultado da mobilização permanente do sindicato e da federação, que cobraram a empresa em reuniões de acompanhamento do ACT, encaminharam ofícios e deram visibilidade às reclamações da categoria até que a Petrobrás colocasse em

prática um direito já conquistado na negociação coletiva.

O Sindicato orienta os trabalhadores que receberam a comunicação da LOEP a seguirem atentamente as instruções encaminhadas por e-mail e a manterem organizados todos os documentos exigidos para garantir o ressarcimento das despesas. Em caso de dúvidas ou dificuldades no processo, a orientação é procurar o Sindipetro-LP para que cada situação seja acompanhada.

Já aqueles que têm direito ao ressarcimento desde janeiro e encontrarem qualquer dificuldade para solicitar o benefício, em razão de exigências burocráticas ou de critérios criados posteriormente pela empresa, devem procurar imediatamente o Sindicato. O Sindipetro-LP não aceitará que regras ou procedimentos administrativos sejam utilizados para restringir ou inviabilizar um direito garantido no ACT e prestará todo o apoio necessário para assegurar que o reembolso seja efetivamente concedido.

SINDIPETRO PROMOVE SEMINÁRIO SOBRE PETRÓLEO, SOBERANIA E LUTA POPULAR

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista realiza, no dia 8 de agosto, o seminário “Petróleo, Soberania e Luta Popular”, um espaço de formação, reflexão e debate sobre os desafios da soberania energética brasileira, a defesa da Petrobrás como empresa pública e o papel da classe trabalhadora na construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

O evento acontecerá no Cepe Santos Clube 2004, localizado na Av. Dino Bueno, 95, Ponta da Praia, em Santos, e é aberto à categoria petroleira e ao público em geral.

A programação terá início às 8h30, com um café da manhã de recepção aos participantes. Às 9h será realizada a mesa de abertura.

Das 9h30 às 12h30, acontece a primeira

mesa de debates, com o tema “Organização dos trabalhadores contra o neofascismo e os ataques imperialistas”. O painel contará com Cacau Pereira, do IBEPS, Felipe Nicolau, Associação Brasileira dos Advogados do Povo (ABRAPO), Soraya Misleh, jornalista palestino-brasileira e Marcelo Pereira, diretor do Sindipetro-LP, além de espaço para perguntas e intervenções do público, promovendo um amplo debate sobre a organização da classe trabalhadora diante dos desafios políticos e sociais da atualidade.

Após o intervalo para almoço, das 12h30 às 14h, a programação retorna às 14h com a mesa “Soberania energética com reestatização do petróleo e Petrobrás a serviço do povo

brasileiro”, que contará com a participação de Eric Gil, do IBEPS, Rosângela Buzanelli Torres, conselho da administração da Petrobrás, Pedro Borborema, da associação dos ex-funcionários da BR distribuidora e do diretor licenciado do Sindipetro-LP, Fábio Mello. O debate abordará a importância estratégica da Petrobrás para o desenvolvimento do país, a segurança energética nacional e a necessidade de fortalecer o controle público sobre os recursos naturais brasileiros.

O encerramento será realizado das 17h30 às 18h30, reunindo os integrantes da Comissão Organizadora para a apresentação de moções, encaminhamentos e das conclusões construídas ao longo do seminário.

Como atividade especial, os participantes receberão, no período da manhã, um quiz com 20 perguntas sobre os temas debatidos. Os que obtiverem o melhor desempenho serão premiados com um exemplar do livro “Braços Cruzados e Punhos Erguidos”.

Mais do que um ciclo de palestras, o seminário pretende estimular a troca de experiências e fortalecer o debate sobre soberania energética, defesa das empresas públicas, direitos da classe trabalhadora e o papel estratégico da Petrobrás para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas diretamente na recepção do Sindicato, pelo telefone (13) 3202-1100 ou pelo WhatsApp (13) 99770-2043.

EQUACIONAMENTO DA AMS: AÇÃO DA FNP TRAMITA DESDE 2021

A ação judicial que trata do equacionamento do déficit da AMS de 2020 foi ajuizada pelo Jurídico da FNP em 2021. Na época, todos os sindicatos filiados atuaram na divulgação da decisão e na orientação de suas respectivas bases. Em 17 de setembro de 2021, o Sindipetro-LP replicou em seu site a notícia da FNP informando a conquista da liminar que suspendia o equacionamento. Pouco depois, em 22 de outubro de 2021, orientamos os trabalhadores e trabalhadoras que, mesmo com a decisão judicial, identificassem descontos em seus contracheques, a encaminhar a documentação para que fossem

adotadas as medidas cabíveis

A discussão sobre a relação de custeio da AMS ganhou um novo capítulo durante a negociação do ACT 2023-2025. Após os déficits registrados no plano de saúde, a categoria petroleira conquistou a inclusão de um parágrafo na cláusula que trata do custeio da AMS, instituindo a manutenção de uma contribuição extraordinária de 2% incidente sobre os pagamentos de abonos, da PLR e dos demais programas de remuneração variável dos beneficiários titulares da AMS. A medida foi construída como forma de contribuir para o equilíbrio financeiro do plano e garantir o cumprimento da

relação de custeio prevista no ACT.

A proposta foi resultado da construção coletiva dos sindicatos petroleiros, que desenvolveram uma metodologia para subsidiar o déficit da AMS sem comprometer a sustentabilidade do plano. Desde a implantação desse mecanismo no ACT 2023-2025, não houve registro de novos déficits dessa natureza. Ainda assim, o tema da relação de custeio — especialmente a proporção de participação entre empresa e beneficiários — continua exigindo atenção permanente da categoria e dos sindicatos petroleiros. É fundamental monitorar e fiscalizar a destinação desses recur-

sos para garantir que os valores descontados sejam efetivamente aplicados na AMS, assegurando transparência na gestão e impedindo que a empresa utilize esses recursos de forma diversa da pactuada. Até o momento, o modelo tem cumprido o objetivo para o qual foi criado.

O Sindipetro-LP ratifica a orientação de que os petroleiros e petroleiras, ativos e aposentados, que tiveram descontos dessa natureza em seus contracheques enviem uma cópia do documento comprobatório para o e-mail juridico@sindipetrosantos.com.br, com o assunto custeio AMS, para análise e adoção das medidas jurídicas.

SINDIPETRO-LP E DIRIGENTES DA FNP PARTICIPAM DE REUNIÃO PRESENCIAL COM A DIRETORIA DE E&P DA PETROBRÁS

No dia 8 de julho, dirigentes do Sindipetro-LP e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) participaram de uma reunião com a Diretoria de Exploração e Produção (E&P) da Petrobrás para discutir as mudanças nos regimes de trabalho offshore e cobrar respostas para os pleitos apresentados pelas entidades sindicais.

Durante a reunião, a Petrobrás apresentou o processo de avaliação das mudanças de regime de trabalho no E&P offshore. A empresa informou que a análise teve início em dezembro de 2025, com o encaminhamento dos casos aos RHs locais, recebimento dos pleitos dos sindicatos petroleiros, avaliações individuais e devolutiva final, acompanhada da implantação das novas regras e de equipes de novas plataformas.

Segundo a Petrobrás, foram recebidas sete listagens encaminhadas pelas entidades sindicais, totalizando mais de 100 casos analisados de desimplantes, em um trabalho que envolveu as áreas de E&P, RHs locais, Saúde e alinhamentos em diferentes instâncias da companhia.

Em relação aos pleitos apresentados pelos sindicatos, a empresa informou que deliberou sobre 115 solicitações. Desse total, oito trabalhadores permanecerão em regime administrativo com embarque eventual em razão de restrições de saúde, 54 casos foram enquadrados por padronização das práticas de gestão e outros 53, engajados no regime offshore, tiveram como justificativas necessidades operacionais e movimentações internas. Os gestores alegaram que todas as mudanças que vem sendo feitas não decorrem da necessidade de redução de gastos, mas sim de uma auditoria ocorrida que apontou a necessidade de melhoria de gestão. As entidades sabem que essas melhorias implicam em redução de gastos.

A Petrobrás também apresentou novas regras para os deslocamentos. No PMB, a proposta estabelece permanência máxima de seis meses a cada ciclo de 24 meses. Além disso,

os períodos de PMB e de paradas programadas deixarão de ser considerados no cálculo da média de embarques. A medida busca eliminar do HA longos períodos de predominância do trabalho embarcado, diferenciar a atuação dos profissionais em regime administrativo e aperfeiçoar o cálculo da média de embarques.

Para as paradas programadas, a proposta reduz o prazo máximo de deslocamento dos atuais 18 meses para até oito meses a cada ciclo de 48 meses. Nos demais casos, o período máximo passará dos atuais seis meses para até 55 dias por ano.

O RH também informou que não serão considerados no cálculo da média de embarques os períodos de restrição médica por até 180 dias, treinamentos para mudança de ênfase por até 365 dias, além da gestação e lactação, desde a gravidez até um ano após o parto. Também ficarão fora da contagem os períodos em que o trabalhador não conseguir embarcar por motivos alheios à sua vontade.

Durante o debate, os representantes dos sindicatos questionaram diversos pontos da nova sistemática pretendida pela empresa. Entre eles, a situação dos trabalhadores que deixam unidades em terra, como refinarias, para atuar em plataformas, especialmente durante o período de treinamento. Nesse caso, durante os cinco embarques necessários, qual seria o regime desse trabalhador: operacional ou administrativo? Diante dessa omissão na apresentação, os sindipetros exigiram que os trabalhadores permanecessem no regime anterior ao estágio, com a possibilidade de, após sua conclusão, serem implementados os regimes das plataformas de forma retroativa aos cinco embarques realizados durante o estágio. Sobre a ampliação do período de estágio dos novos empregados embarcados, a empresa, o ciclo de avaliação passarão de três para cinco embarques, independentemente da plataforma de atuação. A Petrobrás informou ainda que pretende estabelecer protocolos mais claros para embarque e desembarque e que

haverá um canal permanente de comunicação com as entidades sindicais para acompanhamento dessas situações.

O RH informou que o tempo destinado ao treinamento para mudança de ênfase não será contabilizado na média de embarques. Também foi exposto que situações em que o trabalhador não consegue embarcar por motivos alheios à sua vontade não deverão compor essa média.

Para os já embarcados, as entidades sindicais entendem que os treinamentos em terra também não podem contar como média de embarques.

Também foram apresentados os critérios para caracterização do embarque eventual. De acordo com a empresa, serão considerados eventual os trabalhadores sem vaga fixa, com atuação sob demanda, sem exclusividade em uma única unidade e com média inferior a dez embarques, independentemente da quantidade de plataformas atendidas.

A Petrobrás informou ainda que a implantação das novas regras ocorrerá de forma gradual, começando com o alinhamento junto às lideranças e equipes de RH, depois com a adequação dos procedimentos internos, posteriormente a divulgação aos trabalhadores e o acompanhamento pelo Sindicato.

Ao final da reunião, os dirigentes do Sindipetro-LP cobraram da gestão da Petrobrás o cumprimento dos compromissos assumidos durante a greve de 2025, destacando que, passados mais de seis meses do ano, ainda não houve avanços concretos em pautas prioritárias da categoria. Entre as cobranças, há a necessidade de dar andamento às negociações do Plano de Cargos e Salários, cuja construção segue sendo aguardada pelos trabalhadores e trabalhadoras. O Sindicato também chamou atenção para as mobilizações que vêm ocorrendo em todo o país em defesa dessa pauta e para a urgência de avanços nas discussões sobre a Petros. Também foi discutida a implementação do auxílio para ressarcimento para

passagens aéreas. A Petrobrás informou que a medida ainda está em fase de implantação, mas garantiu que os pagamentos terão efeito retroativo. Os representantes do Sindipetro-LP argumentaram que os gestores têm que fazer o reembolso, mas sem imposições de regras que impeçam ou dificultem o repasse dos valores.

Os dirigentes lembraram ainda o compromisso assumido pela presidenta da Petrobrás, Magda Chambriard, que declarou recentemente priorizar atender aos interesses dos acionistas, de realizar uma reunião para tratar do requerimento encaminhado ao TCU, buscando viabilizar a mediação de uma negociação que já se arrasta há cerca de três anos. Também foram cobrados retornos sobre as alterações no estatuto da AMS, debatidas no GT coordenado pela empresa, a retomada das discussões sobre o teletrabalho, cujo acordo completará dois anos, e o avanço das negociações da PLR. É fundamental e urgente que a Petrobrás apresente um cronograma claro e objetivo para todas essas pautas, evitando que os compromissos firmados na greve de 2025 sejam novamente adiados e acabem sendo empurrados para a próxima campanha reivindicatória.

Na oportunidade, o Sindipetro-LP cobrou novamente a necessidade do desfazimento dos descontos indevidos da greve de 2025 de uma pequena parcela de trabalhadores da P-71. Além disso, relatou que o atual modelo de remuneração do PMB desestimula totalmente sua adesão, uma vez que houve redução dos valores pagos em relação ao que era praticado anteriormente. Sem contar que o atual modelo de pagamento tem potencial para gerar mais passivo trabalhista para a empresa, conforme monitoramento do setor jurídico do Litoral Paulista.

A empresa declarou, na reunião, que im-plantantes e desimplantes não foram e não serão feitos por ondas, mas apenas com base nas regras preestabelecidas que ainda estão em construção, com o objetivo de dar previsibilidade às pessoas e melhorar a gestão da força de trabalho offshore.

PESQUISA VAI MAPEAR INTERESSE DOS PARTICIPANTES DO PP2 NA ADESÃO À CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DA PETROS

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista está realizando uma pesquisa para identificar os participantes do PP2 que exercem atividade especial e avaliar o real interesse da categoria em aderir à Contribuição Especial proposta pela Petros e prevista no Regulamento do Plano. A Contribuição Especial pode ser requerida pelo participante que exerça atividade reconhecida como especial pela Previdência Social e que já contribua para o plano

no limite máximo previsto no regulamento.

O percentual de contribuição é definido pelo próprio participante e pode variar de 1% a 10%. A contribuição é paritária, sendo 50% custeados pela patrocinadora e os outros 50% pelo trabalhador. A pesquisa também busca identificar o interesse dos participantes na possibilidade de recolhimento de contribuições relativas ao serviço passado. Com base nos resultados obtidos, o Sindicato po-

derá atuar junto à patrocinadora para discutir alternativas e avaliar a viabilidade dessa medida, observadas as regras e condições aplicáveis.

A participação de todos é fundamental para que o Sindicato tenha um panorama real da categoria e possa defender os interesses dos trabalhadores de forma mais efetiva. Quanto maior o número de respostas, mais consistentes serão os dados para subsidiar discussões

com a patrocinadora e avaliar possíveis encaminhamentos relacionados à Contribuição Especial e ao recolhimento de contribuições sobre o serviço passado. Participe da pesquisa e contribua com esse levantamento.

RESPONDA A PESQUISA! Aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



SINDIPETRO-LP E FNP COBRAM AVANÇO NO NPC E CRITICAM AMPLIAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM REUNIÃO COM A PETROBRÁS

A diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, juntamente com representantes da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), participou no dia 16 de julho de reunião presencial no EDISEN, no Rio de Janeiro, com o RH da Petrobrás. Na pauta estiveram o Novo Plano de Cargos (NPC), o Programa de Remuneração por Desempenho (PRD), a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o teletrabalho e outras reivindicações da categoria.

Logo na abertura, a direção do Sindipetro-LP manifestou insatisfação com a lentidão das negociações do NPC e cobrou da empresa a imediata aceleração das discussões. Também reivindicou o início das negociações sobre o teletrabalho e a convocação urgente dos aprovados que compõem o cadastro de reserva do concurso realizado em 2023.

Durante a reunião, o Sindicato criticou a política adotada pela gestão da Petrobrás. Enquanto a presidente Magda Chambriard reafirma publicamente o compromisso de equilibrar investimentos com a rentabilidade da companhia e atender aos interesses dos acionistas, as demandas dos trabalhadores seguem enfrentando obstáculos e demora para avançar.

É justamente a força de trabalho que produz a riqueza da empresa, garante recordes de produção, mantém as operações funcionando com segurança e gera os lucros bilionários apresentados ao mercado. É contraditório que a distribuição dos resultados aos acionistas aconteça com rapidez, enquanto as reivindicações dos trabalhadores continuam encontrando resistência e sucessivos entraves nas mesas de negociação.

Diante das cobranças, representantes do RH informaram que levarão ao alto escalão da Petrobrás a indignação manifestada pela categoria, assim como os pedidos para acelerar as negociações.

Proposta do NPC será apresentada em 30 de julho

Segundo o RH, a proposta do Novo Plano de Cargos deverá ser apresentada no dia 30 de julho. A apresentação, entretanto, foi condicionada pela empresa à suspensão integral das ações coletivas relacionadas aos planos de cargos e às progressões por mérito.

Entre os processos apontados pela Petrobrás estão:

- o dissídio coletivo sobre o PCR, vinculado pela empresa à FNP e identificado nos registros públicos com o Sindipetro-LP como autor;
- a ação da FNP sobre o nível automático após 60 meses;
- a ação do Sindipetro-RJ que questiona o conteúdo e aspectos da implantação do PCR;
- e a ação do Sindipetro-RJ relacionada à

opção entre PCAC e PCR.

A expectativa é que a proposta seja acompanhada de um termo judicial destinado a solucionar e, possivelmente, encerrar esses processos.

PRD amplia poder da gestão sobre a remuneração dos trabalhadores

Na apresentação sobre a Remuneração Variável 2026, a Petrobrás informou alterações na estrutura do PRD. Entre as mudanças estão o aumento do peso das métricas específicas de desempenho individual para diferentes grupos funcionais, mantendo-se os múltiplos de remuneração, além da utilização de indicadores corporativos e individuais para definir os valores a serem pagos.

O pagamento continuará condicionado ao cumprimento de metas corporativas, como lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras e desempenho da empresa. Para os cargos gerenciais, parte da remuneração permanecerá vinculada ao desempenho das ações da Petrobrás ao longo de quatro anos.

Outro ponto que gerou críticas foi a ausência da apresentação do extrato do PRD referente ao exercício de 2025. Os representantes da empresa informaram que o material será apresentado em uma reunião futura.

Os sindicatos também relataram distorções na aplicação do programa. Em diversas bases operacionais, gerentes receberam avaliações elevadas, enquanto os trabalhadores responsáveis diretamente pela operação tiveram, em sua maioria, notas inferiores a 3. Para as entidades sindicais, esse cenário reforça a falta de transparência e a subjetividade do modelo adotado.

Na avaliação do Sindipetro-LP e da FNP, o fortalecimento do PRD amplia o espaço da remuneração variável controlada pela gestão da empresa. Isso permite à administração definir, por meio de avaliações e metas, quanto será efetivamente destinado aos trabalhadores, reduzindo a importância de mecanismos coletivos, como a PLR.

O modelo também amplia as diferenças entre gestores e trabalhadores do chão de fábrica. Os gerentes, que já recebem salários mais elevados, costumam obter melhores notas nas avaliações de desempenho e têm acesso a múltiplos de remuneração superiores aos dos demais empregados.

Essa desigualdade fica ainda mais evidente quando se observa a alta administração da companhia. A Diretoria Executiva e a Presidência da Petrobrás são avaliadas pelo Conselho de Administração e não recebem PLR. Entretanto, no ano passado, o PRD desse grupo teve como meta oito remunerações e como teto 12 remunerações. Para 2026, o RH não apresentou

as regras, metas e limites destinados à Diretoria Executiva e à Presidência.

Enquanto isso, para os trabalhadores do chão de fábrica, a soma dos valores máximos de PRD e PLR pode chegar a aproximadamente seis remunerações. Para o Sindipetro-LP e a FNP, a comparação evidencia a enorme diferença na distribuição da remuneração variável dentro da companhia e reforça a necessidade de transparência sobre os critérios aplicados à alta administração.

Os sindicatos também denunciaram que, em algumas unidades, advertências disciplinares vêm sendo utilizadas por gestores como instrumento de pressão, já que essas penalidades podem reduzir a pontuação nas avaliações e, consequentemente, o valor recebido no PRD. Além disso, as metas de desempenho não vêm sendo negociadas com os trabalhadores, mas impostas unilateralmente pela empresa. Em resposta, a Petrobrás afirmou que tem investido na capacitação e no treinamento das lideranças para aprimorar a gestão do processo.

As entidades ressaltaram ainda que o modelo de avaliação de desempenho é apontado como uma das principais causas de adoecimento mental entre os trabalhadores. De acordo com estudo realizado pelo Departamento de Saúde do Sindipetro-LP, a sistemática contribui para o aumento do sofrimento psíquico em razão da pressão por resultados, da subjetividade das avaliações e do ambiente de competição criado entre os empregados.

A questão não é tributária, mas trabalhista
A Petrobrás justificou o modelo afirmando que o entendimento da Receita Federal não permite utilizar o instituto do prêmio para substituir um bônus de natureza salarial. Para o Sindipetro-LP e a FNP, entretanto, a principal questão não é tributária, mas trabalhista.

Ao optar pelo pagamento por meio de prêmio, a empresa evita que os valores sejam incorporados aos salários e que gerem reflexos em direitos como FGTS, férias, 13º salário, aposentadoria e verbas rescisórias.

O PRD é enquadrado como prêmio e não integra o salário do empregado. Embora o trabalhador possa receber um valor líquido maior no momento do pagamento, esse recurso não produz reflexos trabalhistas ou previdenciários.

Já um bônus de natureza salarial gera esses reflexos e aumenta a base de cálculo para benefícios futuros, mas também eleva os encargos pagos pela empresa. No caso da PLR, o pagamento depende de negociação coletiva entre a Petrobrás e as entidades sindicais, não integra o salário e possui tributação específica.

Para o Sindipetro-LP e a FNP, o problema está no fortalecimento do PRD em detrimento

da PLR. Além de representar menor custo com encargos trabalhistas e previdenciários para a Petrobrás, o programa amplia o poder discricionário da gestão sobre a distribuição dos recursos e não gera direitos permanentes aos trabalhadores.

As entidades voltaram a defender que o reconhecimento pelos excelentes resultados da Petrobrás deve ocorrer por meio de uma PLR negociada coletivamente, transparente e igualitária. A valorização dos empregados não pode ficar condicionada a avaliações subjetivas ou a programas controlados unilateralmente pela gestão.

Os sucessivos lucros da Petrobrás são fruto do trabalho diário da categoria petroleira. Sem os trabalhadores e trabalhadoras, não há produção, riqueza nem dividendos. Se a empresa tem capacidade para distribuir bilhões aos acionistas e garantir elevados prêmios à alta administração, também deve assegurar uma remuneração justa para quem efetivamente constrói esses resultados.

PLR, teletrabalho e concurso ficam para novas reuniões

O Sindipetro-LP e a FNP criticaram o fato de a Petrobrás ter convocado uma reunião que, na prática, serviu também para anunciar novos encontros, apesar de as entidades já terem encaminhado ofício cobrando o início efetivo das negociações do NPC e da PLR.

Sobre a PLR de 2026, a Petrobrás informou que pretende apresentar, na primeira quinzena de agosto, os primeiros resultados do Grupo de Trabalho da PLR do Sistema Petrobrás e uma proposta específica para os empregados da companhia. A reunião deverá ocorrer provavelmente entre os dias 13 e 15 de agosto, mas a data ainda não foi confirmada.

Questionado sobre a possibilidade de concluir as negociações do NPC e da PLR antes do período eleitoral, o RH afirmou que isso poderá ou não ocorrer, dependendo dos posicionamentos adotados pelas partes durante as discussões.

Em relação ao teletrabalho, a empresa demonstrou que pretende tratar do assunto somente no tempo que considerar adequado, sob o argumento de que o acordo atual permanece válido até abril de 2027. O Sindicato contestou essa postura e reafirmou que a construção de uma nova proposta deve começar com antecedência, evitando que o tema seja novamente discutido sob pressão e próximo ao encerramento do acordo.

A reivindicação pela convocação dos aprovados no cadastro de reserva do concurso de 2023 também foi apresentada, mas a empresa não trouxe respostas concretas durante a reunião.

SINDIPETRO-LP ACOMPANHA APRESENTAÇÃO DA LOGÍSTICA AÉREA DA PETROBRÁS E REFORÇA COBRANÇA POR MELHORIAS NO TRANSPORTE AÉREO

No dia 08 de julho a Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista participou de uma visita técnica ao Centro Integrado de Logística e Transporte (CILEP), localizado no CENPES, no Rio de Janeiro, e ao Centro de Operações Aeroportuárias (COA), no Aeroporto de Jacarepaguá. A atividade reuniu representantes dos sindipetros do Litoral Paulista, Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Espírito Santo, entidades que representam trabalhadores e trabalhadoras das unidades offshore da Petrobrás.

Durante a manhã, na sede da LOEP (Logística e Apoio Aéreo da Petrobrás), foi apresentada toda a estrutura responsável pelo planejamento, controle e apoio logístico dos transportes terrestre, marítimo e aéreo da companhia, com destaque para o transporte aéreo offshore de passageiros.

A gerência apresentou as ações que vêm sendo desenvolvidas para promover a melhoria contínua desse modal, considerado estratégico para garantir a produção da Petrobrás com segurança e eficiência.

Os números apresentados demonstram a dimensão e a responsabilidade dessa operação. A Petrobrás responde sozinha por cerca de 30% de todos os voos offshore monitorados pela IOGP (International Association of Oil & Gas Producers). São aproximadamente 3.300 passageiros transportados diariamente, utilizando uma frota de 93 aeronaves, que realizam milhares de pousos e decolagens, com cerca de 30 a 40 voos simultâneos e uma disponibilidade média de 85% da frota, alegou a Petrobrás.

Outro ponto destacado foi a estrutura de gestão da segurança operacional. Segundo a apresentação, o sistema é baseado em diferentes níveis de fiscalização, auditoria e controle, envolvendo as equipes operacionais, a Autoridade Técnica e os processos internos de auditoria, formando um ciclo permanente de acompanhamento e aperfeiçoamento das operações.

A filosofia adotada pela gestão do transporte aéreo foi resumida na equação:

Proteção + Confiança = Segurança, conforme informado pela empresa.

Também foram apresentadas as instalações do Centro Integrado de Programação e Controle dos Transportes, a Sala de Vigí-



lância e Respostas Rápidas e o Centro de Excelência do helicóptero S-92, localizado em Cabo Frio, modelo de grande porte utilizado no transporte offshore.

Os representantes da Petrobrás informaram que esse centro tem como objetivo agilizar a aquisição de peças de reposição e os processos de manutenção das aeronaves, contribuindo para ampliar sua disponibilidade operacional e elevar ainda mais os níveis de segurança.

Durante a apresentação, os representantes da Petrobrás informaram que, em conjunto com órgãos como DECEA, NAV Brasil, CENIPA e ANAC, estão desenvolvendo projetos para ampliar a segurança e a disponibilidade dos voos offshore.

Entre eles está a implantação de aerovias regulares e exclusivas para atendimento das unidades marítimas. Para isso, estão sendo instaladas estações meteorológicas e equipamentos de posicionamento nas plataformas, iniciativa que já foi implementada em Macaé e que deverá ser expandida para a operação de Jacarepaguá, porém não apresentaram datas para implantação.

Com essas melhorias, segundo a Petrobrás, o aeroporto poderá ampliar a realização de voos por instrumentos, reduzindo significativamente cancelamentos, atrasos e transferências provocados pelas condições climáticas, além de aumentar a segurança nas fases mais críticas das operações, como pousos e decolagens.

Outro projeto apresentado foi o HELIVAR, sistema que permitirá o monitoramento em tempo real dos helidecks das plataformas, possibilitando acompanhar

continuamente as condições de pouso e decolagem das aeronaves e fortalecendo o controle operacional dessas atividades críticas.

Sindipetro-LP cobra melhorias para os trabalhadores

Durante a reunião, os dirigentes dos sindipetros presentes fizeram diversos questionamentos sobre situações enfrentadas diariamente pelos trabalhadores e trabalhadoras que utilizam o transporte aéreo offshore. Todos relataram problemas que vêm causando insatisfação e, em muitos casos, prejuízos aos usuários do serviço, reforçando a necessidade de maior eficiência, transparência nas informações e aperfeiçoamento dos processos.

A gerência da LOEP reconheceu a importância do diálogo permanente com representantes sindicais e afirmou que manterá os canais abertos para receber críticas, sugestões e apontamentos que possam contribuir para a melhoria contínua do serviço prestado.

Visita ao Aeroporto de Jacarepaguá

No período da tarde, a comitiva visitou as instalações da operadora do Aeroporto de Jacarepaguá. Foram apresentados os projetos de ampliação do saguão, das salas de pré-embarque e embarque, que passarão a contar com uma segregação maior dos voos destinados às unidades operadas pela Petrobrás.

Também estão previstas melhorias na infraestrutura de atendimento aos usuários, incluindo a ampliação da área gourmet e a instalação de uma farmácia no

aeroporto.

No Centro de Operações Aeroportuárias (COA), foram apresentados os sistemas responsáveis pelo monitoramento da pista, hangares e áreas operacionais.

Outra novidade apresentada pela empresa será a implantação de um posto permanente de trabalho da Petrobrás dentro do COA, permitindo a integração em tempo real entre a companhia, as quatro operadoras aéreas que atuam no aeroporto e a administração aeroportuária.

A operadora também informou que está implantando um acesso exclusivo para o Corpo de Bombeiros, reduzindo o tempo de resposta em situações de emergência, além da instalação de novos equipamentos que aumentarão a segurança das operações de pouso, decolagem e resposta a eventuais ocorrências.

Ao longo da visita, os dirigentes dos sindipetros reforçaram que a eficiência operacional deve caminhar lado a lado com a transparência das informações e com o respeito aos trabalhadores, que dependem diariamente desse serviço para exercer suas atividades com segurança.

O Sindipetro-LP reforçou que continuará acompanhando de perto a implementação das melhorias apresentadas pela gestão da Petrobrás, mantendo uma atuação vigilante na defesa dos direitos, da segurança e das condições de trabalho dos petroleiros e petroleiras que utilizam o transporte aéreo offshore. Além disso, seguirá cobrando transparência, eficiência na prestação do serviço e soluções efetivas para as demandas apontadas pela categoria.

A apresentação da logística aérea da Petrobrás faz parte do compromisso de transparência que a atual gestão mantém com os sindicatos petroleiros. Os dirigentes sindicais precisam estar constantemente atualizados sobre a estrutura e o fluxo de trabalhadores e trabalhadoras offshore para compreender melhor essa dinâmica e, assim, fortalecer a defesa dos direitos, da saúde e da segurança de todos os companheiros e companheiras que colocam suas vidas à disposição da Petrobrás, empresa que move o país.

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O
QR CODE E **BAIXE O APP** DO SINDIPETRO-LP

